

# ACOMPANHAMENTO das Expectativas Econômicas



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS – SUESP | estudos@cnseg.org.br

Nº 225 – Novembro/2022 – semana 1

Houve poucas mudanças na primeira semana em que as projeções do Relatório Focus levam em conta o resultado do segundo turno das eleições, como poderia se esperar, dada a recepção relativamente positiva dos mercados financeiros à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato como Presidente. Apesar de manifestações de alguns grupos contra os resultados terem proliferado por quase todo o País e estradas terem sido bloqueadas, causando alguma apreensão no começo da semana, a visão da maioria dos analistas é de que os primeiros sinais da nova administração foram predominantemente positivos. Na semana passada, o Ibovespa teve alta de 3,16%, enquanto o dólar recuou 4,56%. No entanto, nesta segunda-feira, ventos menos favoráveis do exterior somados a dúvidas sobre a composição da equipe econômica e o total de recursos fora do teto de gastos que devem ser permitidos no ano que vem causam um movimento contrário nos

mercados, devolvendo parte do bom desempenho da semana passada. Isso mostra que os agentes estarão, nas próximas semanas, atentos (e sensíveis) a todas as sinalizações da equipe de transição, liderada pelo Vice-Presidente eleito, Geraldo Alckmin. De qualquer maneira, o amplo reconhecimento da vitória de Lula por autoridades nacionais e internacionais e o início rápido de negociações com o Congresso envolvendo o orçamento do ano que vem devem assegurar uma transição de poder dentro da normalidade, diferente do ambiente disfuncional que esperavam os mais pessimistas. Nesse contexto, projeção mediana para a taxa de câmbio R\$/US\$ permaneceu em 5,20 tanto para o final deste quanto para o próximo ano. Indubitavelmente, conta também a favor de um clima mais benigno para a transição de governo a independência formal do Banco Central do Brasil, aprovada pela atual administração em fevereiro do ano

passado. Com ela, o mandato de diretores e do presidente da Autoridade Monetária – aos moldes do que acontece nos Estados Unidos com o Federal Reserve (Fed) – não coincide com o do chefe do Executivo, intercalando-se. A atual diretoria, que agiu cedo para conter o surto inflacionário pós-pandemia e conta com credibilidade junto ao mercado financeiro, tem mandato até o final de 2024, podendo ser renovada por mais quatro anos. Ainda que esteja longe de ser um cenário ideal, um Banco Central independente garante, ao menos, que uma política fiscal excessivamente expansionista seja compensada por uma política monetária restritiva – em um quadro semelhante ao que vivemos diversas vezes em nossa história econômica, inclusive no período mais recente, em que o governo injetou recursos significativos na economia via transferências de renda e isenções fiscais para controlar a inflação dos preços administrados e impulsionar a atividade econômica.

# ACOMPANHAMENTO das Expectativas Econômicas



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS – SUESP | estudos@cnseg.org.br

Nº 225 – Novembro/2022 – semana 1

Idealmente, deve haver algum grau de coordenação entre as políticas fiscal e monetária, ideia que, aliás, está explícita em obras recentes de um dos escolhidos para compor a equipe de transição, o veterano economista André Lara Resende: *“É imprescindível que a gestão fiscal e a monetária sejam sincronizadas, tratadas como uma única política indissociável. Para isso deveria ser criado um comitê conjunto de políticas monetária e fiscal, formado por diretores do Banco Central e por um órgão técnico responsável pela política de investimentos”*. Ainda que os detalhes sobre a viabilidade de tal conselho ou sobre como sua atuação se daria na prática estejam longe de estar claros, os agentes

econômicos aguardam sinalizações com alguma ansiedade. Mais concretas são as dúvidas acerca do tamanho do “waiver” fiscal – que permitirá ao novo governo cumprir promessas de campanha fora do Teto de Gastos – no ano que vem. Manter o Auxílio Brasil/Bolsa Família em R\$ 600,00, com adicional de R\$ 150,00 por criança de seis anos, o aumento real do salário-mínimo e o retorno do programa Farmácia Popular, que dificilmente ficarão de fora do programa do novo governo, teria custo de cerca de R\$ 100 bilhões, por exemplo. Enquanto isso, dados continuam mostrar atividade em desaceleração: a produção industrial caiu 0,7% em setembro ante agosto, segundo o IBGE. No acumulado do

ano, a indústria tem queda de 1,1%. A projeção mediana para o crescimento do PIB este ano ficou estável em 2,76%. Para o ano que vem, entretanto, em outro sinal de relativo otimismo, a previsão passou de 0,64% para 0,70%. Os analistas aumentaram também as estimativas para o IPCA este ano de 5,61% para 5,63%. A projeção para 2023, cujo centro da meta é de 3,25%, ficou mantida em 4,94%. As projeções para Selic não tiveram alteração. No calendário da semana, destaque para os dados do comércio varejista (PMC) de setembro, na quarta-feira (09/11), para o IPCA de outubro na quinta (10/11) e para os dados dos serviços (PMS) de setembro, na sexta-feira (11/11).

# ACOMPANHAMENTO das Expectativas Econômicas



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS – SUESP | estudos@cnseg.org.br

Nº 225 – Novembro/2022 – semana 1

Notas	Variável	Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2022					Valores projetados para 2023				
					Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano	Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano
					04/11/22	28/10/22	07/10/22	05/08/22	07/01/22	04/11/22	28/10/22	07/10/22	05/08/22	07/01/22
5	PIB	4,62%	2,47%	2,64%	2,76%	2,76%	2,70%	1,98%	0,28%	0,70%	0,64%	0,54%	0,40%	1,70%
5	PIB Indústria	4,48%	0,23%	0,12%	1,41%	1,40%	1,40%	0,50%	0,20%	0,22%	0,22%	0,10%	0,08%	1,99%
5	PIB de Serviços	4,72%	4,10%	4,32%	3,50%	3,50%	3,45%	2,31%	0,40%	0,68%	0,63%	0,75%	0,50%	1,82%
5	PIB Agropecuário	-0,20%	-5,45%	-5,52%	-0,10%	0,00%	0,20%	1,85%	3,00%	3,00%	2,75%	2,50%	2,50%	2,40%
2	IPCA	10,06%	4,09%	7,17%	5,63%	5,61%	5,71%	7,11%	5,03%	4,94%	4,94%	5,00%	5,36%	3,36%
1	IGP-M	17,79%	5,58%	6,52%	6,35%	6,42%	7,79%	11,28%	5,56%	4,55%	4,57%	4,59%	4,80%	4,00%
1	SELIC	8,76%	13,65%	11,52%	13,75%	13,75%	13,75%	13,75%	11,75%	11,25%	11,25%	11,25%	11,00%	8,00%
1	Câmbio	5,58	5,26	5,20	5,20	5,20	5,20	5,20	5,60	5,20	5,20	5,20	5,20	5,45
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	57,23%	58,28%	57,88%	58,45%	58,60%	58,40%	59,15%	62,48%	62,90%	62,95%	63,23%	63,70%	65,90%
2	Conta Corrente (em US\$ bi)	-27,93	-29,58	-46,15	-38,45	-37,84	-30,30	-18,00	-24,25	-34,00	-32,34	-33,40	-30,00	-24,25
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	36,36	34,87	36,65	55,00	56,15	60,00	68,03	55,50	56,00	56,00	60,00	60,00	51,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	46,44	70,67	73,81	75,00	74,21	65,00	57,20	58,00	73,80	71,00	65,00	61,00	70,00
2	Preços Administrados	16,90%	-5,21%	-1,67%	-4,16%	-4,24%	-4,43%	-0,92%	4,67%	5,56%	5,52%	5,50%	7,10%	3,97%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 07/11/2022

Notas: 1- dados até outubro/22; 2- dados até setembro/22; 3- dados até agosto/22; 4- dados até julho/22; 5- dados até junho/22

Vide nota de referência de período.